CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2624/82

INTERESSADO: FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

ASSUNTO : Aproveitamento de estudos

RELATOR : Cons^a Amélia Americano Domingues de Castro

PARECER CEE N° 731 /83 - CEPG - aprovado em 11/05/83

1. HISTÓRICO:

A chefia da Seção de Educação (Divisão de Planejamento e Normas Técnicas - DT/3) da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) oficiou a este Colegiado, solicitando "o reconhecimento da validade da instrução referente ao Curso Regular - 1ª série do 1º grau, ministrada pelos monitores (professores de nível I) da Unidade de Triagem/6 desta Fundação, situada à Rua Japuruchita, n° 300, Mooca" (fls.2).

Esclarece a peticionária que as unidades de triagem da Fundação atendem os menores "por um período de três meses, aproximadamente, para estudos de caso e encaminhamento externo ou interno" e que, no decurso desse período, são desenvolvidas atividades escolares, por parte de professores habilitados, que seguem o planejamento das Escolas Estaduais.

Explica-se, ainda, que os problemas principais que ainda enfrenta são os seguintes: clientela sem documentação escolar, recebimento de menores em qualquer momento do período letivo e ausência de vagas nas escolas.

Reitera-se finalmente que "seria de grande interesse desta unidade que as alunas fossem admitidas na 2ª série do Curso regular do 1º grau em qualquer escola, considerando a instrução e grau de aprendizagem adquiridos".

2. APRECIÇÃO:

Este Conselho, na mesma data, recebeu dois ofícios provenientes da FEBEM. O que formou o presente processo versa sobre assunto já tratado em termos mais genéricos no protocolado que recebeu o n° 2625/82. Por este motivo, a apreciação deste torna-se mais sucinta e específica.

Entendemos que o disposto na Deliberação CEE n° 14/78 atende aos interesses da Seção de Educação da FEBEM, pois estabeleceu normas para matrícula, por transferência, de alunos da 1ª à 4ª série do 1º grau que não possuem a documentação escolar mínima exigida.

O recebimento pelas escolas da comunidade de alunos provenientes da Fundação em épocas condizentes com as estipuladas em normas regimentais, em épocas diferentes, já foi tratado no protocolado nº 2625/82.

3. CONCLUSÃO:

O disposto na Deliberação CEE nº 14/78 atende aos interesses da Seção de Educação da FEBEM, por estabelecer normas para matrícula, por transferência, de alunos da 1ª a 4ª série do 1º grau que não possuem documentação escolar.

São Paulo, 11 de maio de 1983.

a) Consª Amélia Americano D. de Castro
Relatora

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, Abib Salim Cury, Bahij Amin Aur, Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, aos 11 de maio de 1983.

a) Consº Joaquim P. Vilaça de Souza Campos

5. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de maio de 1983.

a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE